



Expresso

09-03-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Justiça

Dimensão: 2464 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36/37

FOOTBALL LEAKS

Há cem milhões de ficheiros por divulgar

Advogado de Rui Pinto espera que autoridades portuguesas entreguem dados ao Eurojust. Ana Gomes pede proteção ²³⁶

TRIBUNA FOOTBALL LEAKS



Justiça William Bourdon, advogado de Rui Pinto, espera que autoridades portuguesas entreguem dados ao Eurojust. Ana Gomes

VÊM AÍ MAIS DE 100 MILHÕES DE FICHE

HUGO FRANCO
e MICHAEL PEREIRA

Será uma coisa com uma dimensão nunca vista. Se um tribunal superior de Budapeste confirmar nas próximas duas a três semanas a decisão tomada na última terça-feira por uma juíza de primeira instância de extraditar Rui Pinto para Portugal e de enviar, com ele, o material informático que foi apreendido no apartamento onde vivia na Hungria, o Ministério Público português terá em mãos a maior fuga de informação de sempre da história.

“Os dados que podem ser transferidos para Portugal correspondem a 1,5 vezes mais do que foi partilhado por Rui Pinto com o consórcio EIC (European Investigative Collaborations)”, revelou ao Expresso William Bourdon, o advogado francês que tem coordenado a defesa do *whistleblower* português e que, antes disso, já tinha representado Edward Snowden, o ex-agente da CIA que entregou milhares de documentos da NSA a “The Guardian” em 2013, bem como os *whistleblowers* do Lux Leaks e do Swiss Leaks.

Ao todo, vão ser mais de 100 milhões de ficheiros, entre e-mails e documentos confidenciais produzidos por clubes, empresários, agentes de futebol e escritórios de advogados, num acervo

ainda maior do que os 70 milhões de documentos partilhados até agora por Rui Pinto com a “Der Spiegel” e, por arrasto, com os outros parceiros do EIC, incluindo o Expresso, no âmbito do Football Leaks, e que levaram à publicação de mais de 800 artigos entre 2016 e 2018. Muitos desses ficheiros secretos poderão vir a expor entidades e pessoas em Portugal, incluindo esquemas de fraude fiscal e branqueamento de capitais, embora para já não seja possível saber qual será o peso que isso representa na coleção de dados.

Bourdon garante que Rui Pinto “não é o único *whistleblower* do Football Leaks”, sem no entanto poder adiantar quantas pessoas mais poderão estar ligadas àquela plataforma ou se existem *backups* da informação contida nos discos e computadores apreendidos ao português. “Nós não conseguimos imaginar que as autoridades portuguesas não partilhem esses dados com o

Eurojust. Caso contrário, vão privar os procuradores de processos importantes na Bélgica, na Suíça ou na França de informação muito relevante. Seria impensável se Portugal privasse as autoridades de outros países de terem acesso a esta quantidade gigante de provas”, diz, admitindo que existe receio de que isso possa acontecer. “Em Portugal, ao contrário do que é possível fazer em França, na Alemanha e em muitos outros países europeus, dados considerados como tendo sido obtidos ilegalmente não são admitidos como provas. E se não são provas admissíveis, não é impossível que todos estes dados possam ser destruídos [por ordem de um tribunal], com a exceção talvez daqueles que estão diretamente relacionados com o mandato de detenção europeu”, explicou, referindo-se aos documentos ligados ao fundo de investimento Doyen e a uma tentativa de extorsão em 2015 pela qual o seu cliente está indiciado.

Esse receio é subscrito por Ana Gomes, eurodeputada que faz parte do Intergupo sobre a Integridade, Transparência, Corrupção e Crime Organizado criado em 2015 pelo Parlamento Europeu. “Estou espantada com a afã da justiça portuguesa em dar resposta a uma queixa de um fundo de investimento sediado em Malta [a Doyen] e que é gerido por uma máfia do Cazaquistão. O afã com que querem pôr a mão não só nele mas nos ficheiros dele sugere que, infelizmente, pode haver pessoas com uma agenda de querer fazer desaparecer

parte dos dados. Não seria a primeira vez que isto aconteceria no sistema português”, lamenta a antiga embaixadora. “Há muito tempo que as autoridades portuguesas podiam e deviam ter entrado em contacto com Rui Pinto, se sabiam que ele era o ‘John’ do Football Leaks, como fizeram as autoridades de outros países. É muito estranho que não tenha havido qualquer iniciativa por parte das nossas autoridades.”

De acordo com um procurador ouvido pelo Expresso, será muito difícil o uso desses ficheiros em processos-crime em Portugal mas não totalmente impossível. “Isso teria de ser proposto pelos magistrados titulares dos inquéritos-crime e provavelmente teria de ser levado até ao Tribunal Constitucional, uma vez que nunca aconteceu nada do género antes e o Código do Processo Penal não admite esse tipo de provas.”

Para o advogado francês do *whistleblower*, não há dúvidas de que os desafi-

os pela frente são grandes, pelo facto de se tratar de um caso sem precedentes para Portugal e também para o Eurojust, o gabinete europeu de cooperação judicial com o qual foram partilhados em fevereiro 12 milhões de ficheiros pelo Ministério Público francês – que os tinha recebido diretamente de Rui Pinto, numa colaboração iniciada “há quatro ou cinco meses” e que envolveu uma viagem do *whistleblower* a Paris.

Os cenários em Portugal

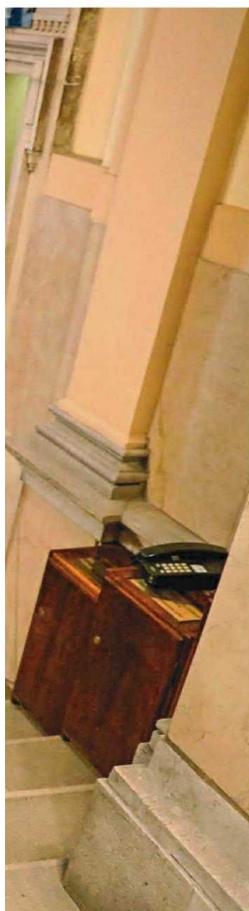
Caso venha a ser extraditado para Portugal, Rui Pinto deverá ficar em prisão domiciliária ou detido preventivamente num estabelecimento prisional, “se o juiz de instrução entender que existe risco de fuga”, advertem fontes judiciais ouvidas pelo Expresso.

A ser aplicada a medida de coação mais gravosa, a cadeia da Polícia Judiciária será o destino mais provável para o português nascido em Vila Nova de Gaia. Tem um ambiente “mais controlado” do que por exemplo o Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL), que se encontra já muito lotado. Embora não seja colocada de parte a ida para uma cela de isolamento do EPL, por questões de segurança. Este último cenário colocaria o *whistleblower* isolado da restante população prisional mas teria um senão: o de ficar com grandes restrições de movimentos.

Em qualquer dos casos, os serviços prisionais terão obrigatoriamente de “fazer uma análise exaustiva” de reclusos “po-

ANA GOMES DEFENDE QUE RUI PINTO DEVERIA SER COLOCADO NUM PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS

MUITOS DOS FICHEIROS SECRETOS PODERÃO EXPOR ENTIDADES E PESSOAS EM PORTUGAL E ESQUEMAS DE BRANQUEAMENTO



Rui Pinto deverá esperar duas a três semanas pela decisão de um tribunal superior de Budapeste

FOTO FERENC ISZA/AFP/GETTY IMAGES

“
NUNCA AGI PARA
GANHAR DINHEIRO,
MAS POR INTERESSE
PÚBLICO

A MINHA CONTA
DO FACEBOOK
E O MEU E-MAIL
FORAM INUNDADOS
COM AMEAÇAS
DE MORTE

EM PORTUGAL
NÃO HOUVE NENHUM
CLUBE CONDENADO
POR CORRUPÇÃO.
NOUTROS PAÍSES,
AS INVESTIGAÇÕES
EXISTEM,
HÁ RESULTADOS

Rui Pinto

pede proteção especial

IROS SECRETOS

tencialmente incompatíveis” com Rui Pinto. “Pode sempre haver alguém com ligações ao meio do futebol que tenha sido alvo das suas denúncias. E que possa querer vingar-se lá dentro”, diz um alto responsável da área da justiça.

De parte parece estar a hipótese de ir para a cadeia de Évora, que alberga José Sócrates ou Armando Vara. “Destina-se a elementos das forças policiais ou políticos muito mediáticos e possíveis alvos de ameaça. Não a uma pessoa como Rui Pinto”, acrescenta a mesma fonte.

No caso de ficar apenas com termo de identidade e residência, essa segurança reforçada irá existir, asseguram procuradores do Ministério Público ouvidos pelo Expresso. “Será pedido um parecer aos serviços de informação e à força policial onde reside, no caso dele a PSP, que informarão o tribunal. Este decidirá em conformidade”, lembra Carlos Anjos, presidente da Comis-

são de Proteção às Vítimas de Crimes.

Ana Gomes defende que o *whistle-blower* deveria ser colocado num programa de proteção de testemunhas e pede que, no pior dos cenários, fique em “condições de especial proteção”, ressaltando que, “se ele vier para Portugal, as autoridades portuguesas ficam com uma tremenda responsabilidade de garantir a sua segurança”.

Já para Carlos Anjos será improvável que Rui Pinto entre para um programa de proteção de testemunhas. “Todos já sabemos quem ele é e que tipo de informações dispõe.” Tal só aconteceria se “num outro processo tivesse informações muito relevantes que possibilitassem o desmembramento de algum tipo de organização criminosa”, sendo que “irá sempre existir um grande obstáculo que advém da forma ilegal como teve acesso a esta informação”.

Não haverá no entanto qualquer tipo de impedimento de Rui Pinto, sendo arguido em Portugal, poder colaborar na qualidade de testemunha com a justiça de outros países, interessados em informações na posse do jovem português. “Toda a comunicação e colaboração pode continuar a ser prestada por Rui Pinto às autoridades judiciais de outro Estado da União Europeia”, lembra o advogado Dantas Rodrigues. Até porque, como frisa o seu colega Henrique Salinas, há casos de suspeitos envolvidos “em crimes bem mais graves” do que os de Rui Pinto em que já se verifica esta interação judicial.

m@percia@expresso.imprensa.pt

RUI PINTO “NÃO É O ÚNICO WHISTLEBLOWER DO FOOTBALL LEAKS”, GARANTE O ADVOGADO FRANCÊS WILLIAM BOURDON